

FOLHA METALÚRGICA



www.stimepa.org.br
facebook.com/stimepars
twitter.com/stimepa

Abril / 2015- Nº303

Sindicato Solidário

Assembleia geral vai definir pauta de reivindicações no dia 22

A assembleia geral do próximo dia 22 de abril, quarta-feira (veja convocação abaixo), inaugura a campanha salarial de 2015 na base de Porto Alegre e região. Na ocasião, os trabalhadores/as presentes no encontro vão avaliar e aprovar a pauta de reivindicações que será enca-

minhada para os patrões da categoria para negociação. Neste caso, é muito importante a participação do maior número possível de companheiros/as na assembleia.

Compareça! Seja protagonista da conquista de uma boa Convenção Coletiva para todos.



Na primeira mobilização da campanha salarial, agricultores entregam 1kg de arroz orgânico a cada trabalhador da GKN. Veja mais informações na página 6

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Dos trabalhadores/as metalúrgicos de Porto Alegre e Região

**Dia 22/04/2015, quarta-feira, às 18h30min (1ª chamada)
e às 19h (2ª chamada), na sede do Sindicato
(Rua Francisco Trein, nº 116 – Bairro Cristo redentor – Porto Alegre/RS)**

Pauta: CAMPANHA SALARIAL 2015

- 1 – Definição da pauta de reivindicações para a Convenção Coletiva de Trabalho**
- 2 – Encaminhamentos e assuntos gerais**

Dilma assina MP que mantém valorização do salário mínimo até 2019

A presidenta Dilma Rousseff assinou no dia 24 de março a medida provisória que renova até 2019 a política de valorização do salário mínimo, iniciada no primeiro mandato do Governo Lula.

Assim, o governo prestigia a luta da CUT e outras centrais sindicais que, entre 2004 e 2007, realizaram grandes mobilizações nacionais e conquistaram uma política permanente para o mínimo, que passou a ser reajustado pela inflação do ano anterior, mais aumento real conforme a

variação do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos anteriores. Para o Dieese, esta sistemática se mostrou eficiente na recuperação do valor do salário mínimo e é reconhecida como um dos fatores mais importantes no aumento da renda da população mais pobre.

“Creio que é um sustentáculo do desenvolvimento”, afirmou Dilma, lembrando que o aumento acumulado nos últimos anos foi um dos motivos pelos quais o país conseguiu passar por momentos de dificuldade em sua economia e será

importante para enfrentar as atuais dificuldades conjunturais.

Maior poder de compra em 50 anos

Atualmente em R\$ 788,00, o salário mínimo atingiu, em janeiro, segundo o Banco Central, o maior poder de compra dos últimos 50 anos. Apenas no período entre julho de 1964 e julho de 1965 o salário mínimo comprava mais do que hoje, em valores corrigidos pela inflação.

A valorização do salário mínimo tem determinado, em parte, a ele-



vação da renda real dos trabalhadores nos últimos anos, principalmente dos empregados de menor renda e dos beneficiários da Previdência Social.

Segundo levantamento do Dieese, o atual salário mínimo compra 2,22 cestas básicas, a me-

lhor relação desde 1979, e subiu 76,54% acima do INPC desde 2003, mas está longe do ideal. Para o instituto, para suprir as necessidades básicas de uma família de quatro pessoas, o salário mínimo deveria valer hoje algo em torno dos R\$ 3.118,62.

Tribunal decide: piso regional aprovado no Governo Tarso é válido



No dia 23 de março, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul julgou improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) movida por entidades patronais, mantendo o reajuste de 16% do Piso Regional sancionado pelo Governo Tarso.

Com a decisão, cerca de 1,2 milhões de trabalhadores gaúchos serão beneficiados, além de diversas categorias que se baseiam no reajuste estadual em suas campanhas salariais, como os trabalhadores da Reparação de Veículos, por exem-

plo, que passam a receber R\$ 1.095,01. Os aprendizes e borracheiros passam a receber R\$ 979,21.

Com o reajuste de 16%, o piso regional volta a alcançar o valor de quando foi criado no Governo Olívio, ou seja, 28% superior ao valor do salário mínimo nacional.

A CUT orienta as entidades filiadas a fiscalizar o cumprimento da lei e o pagamento imediato e retroativo do piso regional a 1º de fevereiro. Veja mais informações na coluna “Jurídico Informa”.

JURÍDICO INFORMA

Piso regional: “CUT foi fundamental para a conquista”, afirma advogado

WOLDA MAGNAGO, SKREBSKY, COLLA
ADVOCADOS ASSOCIADOS

Na segunda-feira (23), o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) julgou legal e manteve o reajuste de 16% no piso regional, aprovado em dezembro de 2014 pela Assembleia Legislativa. As centrais sindicais acompanharam a votação, que terminou com um resultado de 17 votos favoráveis a oito contrários. A Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul (CUT-RS) participou do processo como parte interessada. O ingresso na ação foi peticionado pelo advogado da CUT-RS, Marcelo Garcia da Cunha, do escritório Wolda, Magnago, Skrebsky, Colla & Advogados Associados.

“Esta é uma decisão histórica, pois beneficiará milhares de trabalhadores do Estado”, afirmou o jurista. Conforme Cunha, a manifestação da CUT-RS nos autos do processo foi fundamental para o resultado positivo. “Foram apresentados aos desembargadores memoriais com dados e gráficos que demonstravam que o reajuste não era contrário à razoabilidade, principal questão levantada durante o processo”, expli-

cou o advogado.

Como a discussão era mais voltada à questão de ferir ou não a razoabilidade, os memoriais mostraram que, desde 2001, quando o piso regional foi instituído por lei, houve apenas um ano em que o reajuste esteve abaixo da inflação. “Nesse sentido, a atuação do escritório foi muito importante para o resultado conquistado na votação. Conseguimos entrar como parte interessada no processo porque a CUT-RS representa grande parte dos trabalhadores no Estado, é uma instituição legítima”, ressaltou Cunha.

Com o reajuste, que é retroativo a 1º de fevereiro, os valores das cinco faixas de salário mínimo no Estado ficam entre R\$ 1.006,88 a R\$ 1.276,00.

O projeto foi encaminhado em regime de urgência pelo então governador Tarso Genro e foi aprovado em dezembro de 2014 pela Assembleia Legislativa. A medida deveria entrar em vigor até fevereiro deste ano, mas a justiça suspendeu a decisão após a Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio-RS) mover ação alegando a inconstitucionalidade do aumento.

lidade do aumento.

CUT e sindicatos devem fiscalizar cumprimento

O advogado Marcelo Garcia da Cunha atentou para os prazos quanto a pagamentos e quando a decisão começa a vigorar. “A decisão liminar que havia sido concedida em dezembro de 2014, suspendendo o reajuste do piso salarial, foi revogada pela nova decisão do Tribunal, que deve ser cumprida imediatamente. Juridicamente, a decisão vale desde logo e já está produzindo seus efeitos, mesmo que ainda não tenha sido publicada no Diário Oficial do Estado.”

De acordo com o jurista, a decisão teve grande repercussão e foi amplamente divulgada pela imprensa, de modo que as empresas não podem alegar desconhecimento do que foi decidido. “Não há justificativa, portanto, para que o reajuste do piso estadual não seja pago imediatamente aos trabalhadores, em valores retroativos a 1º de fevereiro de 2015. Desta forma, a CUT-RS e os sindicatos devem estar atentos na fiscalização do cumprimento da decisão do Tribunal de Justiça”, completou.

Movimentos sociais retomam grandes mobilizações por democracia e contra retirada de direitos

A CUT e outras instituições que compõem os movimentos sociais estão retomando as grandes mobilizações nacionais a partir de abril.

Um exemplo foi Plenária dos Movimentos Sociais realizada no dia 1º de abril, que teve a participação de dirigentes de nosso sindicato, aprovou nota contra a redução da maioridade penal e definiu mobilizações para defender direitos previdenciários e trabalhistas, especialmente lutar contra o projeto de lei 4330, da terceirização sem limites, defender a

democracia contra a onda reacionária e conservadora do país, patrocinada por setores da elite brasileira, que não suportam dividir os avanços sociais conquistados pela classe trabalhadora, pelos pobres, negros e mulheres, e que não respeitam o resultado das últimas eleições, pregando sem base constitucional nenhuma a destituição do governo eleito, o golpismo, a volta da ditadura militar, entre outras barbaridades mais.

As mobilizações também visam a defesa das reformas populares (principalmente a agrária, política



e da comunicação) necessárias para o país avançar socialmente.

Por fim, as mobilizações visam a defesa intransigente da Petrobras e o combate aos inúmeros casos de corrupção que envolvem empresas públicas e privadas, inclusive ban-

cárias e de comunicação, agentes políticos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, estados e municípios, partidos políticos de todas as legendas e outras instituições.

Entre as estratégias dos movimentos sociais está a ocupação ordeira e

pacífica do Congresso Nacional, de sedes de governos, de ruas e avenidas, de prédios e espaços públicos, e a realização de protestos em empresas que financiam políticos corruptos ou promovem casos de corrupção e de exploração da classe trabalhadora.

EDITORIAL: Lutar contra o retrocesso, compromisso de todos

Os ataques contra os direitos dos trabalhadores e contra a democracia uniram ainda mais os movimentos sociais do campo e da cidade, que sempre lutaram por direitos, recobrem as conquistas dos últimos anos e não admitem retrocessos nem perda de direitos conquistados, inclusive quando das negociações das convenções e dissídios coletivos.

Mais que as manifestações da elite, que, em seus bairros nobres, bate panelas como se “coitados” estivesse passando fome, o que alertou os movimentos progressistas foi o enorme número de parlamentares conservadores eleitos em outubro de 2014. Segundo o DIAP, a grande maioria dos deputados e senadores eleitos no ano passado forma o Congresso Nacional mais conservador desde 1964, ano que iniciou

a ditadura que perseguiu, torturou e matou militantes dos movimentos sociais. Enquanto esta bancada conservadora eleita com o dinheiro de grandes empresas é formada por 221 representantes, a bancada sindical caiu de 83 para 51 parlamentares.

No caso, criou-se um terreno fértil para o ataque e a retirada de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários. Como exemplo dá pra citar a tentativa de reduzir a maioria penal dos jovens brasileiros e, a pedido de federações e confederações patronais (CNI, Fiergs, Fiesp etc), a possível aprovação do PL 4330, que amplia a terceirização, arreventa com inúmeros direitos trabalhistas e precariza ainda mais a mão de obra da classe trabalhadora. Um enorme retrocesso que precisa ser combatido por todos!

Sempre é bom lembrar: atualmente, 12,7 milhões de trabalhadores (6,8%) do mercado de trabalho são terceirizados. Eles, em média, recebem 24,7% a menos do que os que têm contratos diretos com as empresas, têm uma jornada semanal de três horas a mais e têm cinco vezes mais chances de serem vítimas de acidentes de trabalho, inclusive fatais. Dos 10 maiores grupos de trabalhadores em condições análogas à de escravos resgatados entre 2010 e 2013, 90% eram terceirizados.

A CUT defende o PL 1621/2007, que propõe a regulamentação da terceirização desde que haja igualdade de direitos entre terceirizados e efetivos (saúde, ambiente de trabalho, plano de saúde, vale refeição etc), a proibição da terceirização na atividade-fim e a responsabilização



da empresa tomadora de serviços, quando a terceirizada deixar de cumprir suas obrigações, como depositar o FGTS e pagar homologações.

Companheiros/as, a luta é de todos. Não podemos permitir a retirada

ou flexibilização de nossos direitos trabalhistas e sociais, nas leis e em nossas convenções e dissídios coletivos. Temos que deixar para as futuras gerações um legado, uma herança de conquistas e não de retrocessos.

Sindicato entrega prêmios do Confederativo

O Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre realizou no dia 29 de novembro o sorteio dos 13 prêmios do Confederativo do 2º semestre de 2014.

O associado Adenilton Ascal Marques, da GKN de Porto Alegre, foi o grande sortudo do semestre. Tirou o principal prêmio, um carro Fiat 0 Km, com o número 45382, aproximado de sua CTPS nº 45384 (veja foto ao lado).

MAIS PRÊMIOS

Encerrado o prazo para cadastramento das CTPS em 28 de janeiro, a Secretaria-geral do sindicato verificou os números por aproximação, definindo os ganhadores das demais premiações, que foram entregues nas últimas semanas. Veja nas fotos desta e da página seguinte a entrega do carro e das outras premiações do semestre.

Cabe lembrar que todos os trabalhadores e trabalhadoras associados e que não fazem oposição ao Confederativo nos dois semestres do ano sempre concorrem aos 26 prêmios (13 em cada semestre) colocados em sorteio, incluindo dois carros populares 0 Km (um a cada semestre).

IMPORTÂNCIA

A premiação do Confederativo é exclusiva para os/as trabalhadores/as metalúrgicos/as que en-



Adenilton Ascal Marques, Metalúrgico da GKN, de Porto Alegre e sócio metalúrgico, recebeu das mãos do presidente do Sindicato, Lirio Segalla e dos diretores sindicais, a chave de seu carro Zero Km

tendem a importância de colaborar com o sindicato, seja por meio da contribuição como sócio ou da contribuição confederativa.

Estas contribuições possibilitam que o sindicato continue investindo no patrimônio da categoria (colônia de férias, por exemplo), nas assistências médica, odontológica e jurídica, inclusive para os dependentes, e na luta por melhores salários, condições de trabalho e mais benefícios, proporcionando uma vida mais digna para todos os trabalhadores e trabalhadoras de nossa base metalúrgica.

Com o desconto de apenas 1% do salário mensal, limitado a quatro pisos da categoria, o trabalhador ajuda o sindicato e ajuda a si próprio, obtendo retorno, pois a contribuição é investida na luta e nos serviços disponibilizados para ele e sua família. E você ainda concorre a 26 belíssimos prêmios anuais, incluindo dois carros 0 Km.

Vale a pena ser sócio/a do sindicato!



Celso Souza Machado, funcionário da Inbracell de Cachoeirinha, recebeu dos diretores Alceu Siqueira, Marcos Müller e Gil Costa um aparelho de Ar-condicionado Split de 12.000 BTUs



O diretor Rafael Moretto entregou uma TV LED de 32 polegadas para o trabalhador da Ordnhadeiras Sulinox, Pedro Tassinari



Luis Carlos Dahmer, trabalhador da Metalúrgica Aranha de Porto Alegre e sócio do sindicato, recebeu do diretor Rafael Moretto uma TV LED 42 Polegadas



Alexandre Victor Pacheco, Trabalhador da Carrocerias Nei, de Porto Alegre, recebeu do dirigente sindical Antônio Medeiros uma TV LED 32 Polegadas



Giovani Velasques Paim, trabalhador da Taurus, de Porto Alegre, recebeu do Presidente Lirio Segalla um Notebook



Paulo Roberto de Abreu Ferreira, trabalhador da Metalúrgica Herfe, de Cachoeirinha, recebeu do diretor Marcos Müller um Grill



André Alexandre Pinheiro, Trabalhador da Taurus de Porto Alegre, recebeu do diretor Marcelo Jurandir um Grill



Edilcio Correa Sarmiento, trabalhador da Sulina de Metais, de Cachoeirinha, recebeu do diretor Gil Costa um Notebook

CURTA: WWW.FACEBOOK.COM/STIMEPARS



Alex Douglas da Rocha Peres, trabalhador da GKN, de Porto Alegre, recebeu do diretor Antônio Medeiros uma máquina de lavar roupas



André Joaquim Faleiro, trabalhador da TMSA, de Porto Alegre, recebeu um Forno Elétrico do dirigente sindical Hugo Barbosa.

DHB - Empresa entra em recuperação judicial e dá calote em salários e rescisões de demitidos

Alegando crise no setor de autopeças brasileiro, exacerbada por férias coletivas de empresas clientes que reduziram o faturamento a valores próximos de zero nos meses de dezembro e janeiro passados, a DHB Componentes Automotivos ingressou com uma ação de Recuperação Judicial na sexta-feira, 13 de março, na Vara de Falências e Concorridas de Porto Alegre. Antes disso, tomou o cuidado de demitir 78 trabalhadores de vários setores da produção e do administrativo, que hoje enfrentam a incerteza se vão ou não receber a curto prazo as verbas rescisórias a que têm direito.

Rápida para julgar as demandas patronais, a Justiça deferiu o pedido já na segunda-feira seguinte, dia 16. Segundo o processo nº 001/1.15.0040460-9

e Nota de Expediente nº 131/2015, publicados no Diário de Justiça do RS, de 18/03/2015, foi nomeado o administrador judicial Laurence Bica Medeiros e concedido um prazo de 60 dias para a DHB apresentar um plano de recuperação. Neste período, a instituição fica desobrigada de pagar todos os credores, incluindo as verbas rescisórias dos funcionários demitidos. A ação, segundo a companhia, visa a proteção de seus ativos e a manutenção da atividade econômica da associada DHB Global, empresa operacional que detém 42% do capital da DHB Componentes Automotivos.

CONTROVÉRSIAS

Segundo a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, que

vem acompanhando o caso de perto e dando total assistência não só aos demitidos, mas também aos mais de 400 trabalhadores/as que permanecem no quadro funcional e não vem recebendo de forma correta seus respectivos salários e benefícios, há algumas controvérsias a serem levadas em conta.

A primeira delas diz respeito ao número de demitidos. Oficialmente a empresa alega ter demitido 78 trabalhadores. No entanto, segundo informações obtidas junto à administração da própria empresa, a instituição teria demitido mais de 100 trabalhadores em março, reforçando o caráter de demissão em massa. A empresa também teria agido de má fé, já que demitiu a grande maioria por carta, algumas horas antes de in-

gressar com o pedido de recuperação judicial.

A segunda questiona os motivos alegados pelo diretor da empresa, Luiz Carlos Mandelli. Para os trabalhadores, os motivos reais baseiam-se em negócios mal administrados pelo dirigente empresarial nos últimos três anos. A DHB não conseguiu acompanhar a internacionalização e ampliação do mercado interno da indústria automotiva, que tinha amplo apoio do governo brasileiro, numa época em que a economia mostrava estabilidade.

Endividamento, capital de giro negativo, dificuldade de busca de recursos de longo prazo, queda nas vendas e prejuízos sucessivos passaram a ser expressões utilizadas para explicar as dificuldades da empresa e o calote dado principal-

mente no FGTS, nas férias, no plano de saúde e nos salários dos funcionários. Nem a parceria com a indiana RSB Transmissions em 2013 foi capaz de melhorar a situação da DHB.

Hoje, tanto os funcionários recentemente demitidos quanto os que permanecem no quadro da empresa enfrentam situações vexatórias causadas pela falta de remuneração. Alguns deixaram de pagar dívidas e hoje seus nomes estão incluídos nas listas sujas do SPC e Serasa. Outros estão com contas em atraso, sofrendo ameaças de corte em serviços básicos como água, luz e telefone. Há relatos de pessoas com aluguel residencial atrasado e sem ter o que comer em casa, dependendo da ajuda de amigos, vizinhos e parentes.

Até quando?

DELL- Empresa é denunciada por casos de assédio moral

A Dell Computadores, de Eldorado do Sul, vem sistematicamente sendo denunciada por assédio moral por parte dos trabalhadores e trabalhadoras.

Segundo relatos, os gerentes e outras chefias estariam adotando práticas de intimidação, humilhação e chantagem, tratando com gritos e ofensas todos aqueles que, na visão delas, cometem alguma "irregularidade".

Estariam também

controlando as idas e o tempo gasto por funcionários ao banheiro e ao médico, rejeitando atestados médicos, pressionando, constrangendo e ameaçando aqueles que não atendem o pedido de fazer horas extras ou que não vinham atingindo as metas impostas, retaliando com demissão os colaboradores que formulavam denúncias de perseguição no RH, entre outras tantas denúncias que levaram vários funcionários a pedir demissão, forçar sua

saída ou buscar tratamento psiquiátrico por não aguentar a pressão.

Ciente dos casos, a direção do sindicato buscou estabelecer um canal de diálogo e negociação para impedir que o assédio continuasse. Também colocou à disposição dos trabalhadores e trabalhadoras prejudicados toda sua assistência médica e jurídica. A empresa se defendeu, tentando minimizar os casos. Neste meio tempo, a entidade sindical descobriu

que a Dell vinha adotando práticas antissindicalistas, como impedir a sindicalização e motivar seus funcionários a fazer oposição à determinação da contribuição sindical.

O caso foi parar no Ministério Público do Trabalho, onde o sindicato confirmou as denúncias e a tentativa negociada de buscar junto à empresa a solução

dos problemas e dos casos de assédio moral relatados.

A empresa não quis resolver o problema de forma pacífica e amigável e agora, caso a Justiça entenda como procedentes as denúncias, terá de se abster das práticas de assédio e corre o risco de pagar pesadas indenizações por dano moral.

KOCH- Trabalhadores protestam contra proposta de retirada do adiantamento quinzenal

Os trabalhadores e trabalhadoras da Koch de Cachoeirinha fizeram assembleia no portão da empresa na entrada do dia 25 de março para protestar contra a tentativa da empresa de retirar progressivamente o adiantamento quinzenal. Muitos companheiros/as têm o orçamento apertado e compromissos financeiros de longo prazo que a empresa não considerou.

No final, uma votação foi realizada e a maioria aprovou a autorização para o sindicato tomar todas as medidas cabíveis para impedir que o pagamento seja progressivamente retirado e o direito histórico seja restabelecido. Um abaixo assinado contendo a reivindicação foi encaminhado à empresa.

PARKER - Atitude mesquinha de um lado, atitude nobre de outro

Na Parker, de Cachoeirinha, os trabalhadores terceirizados da limpeza estão sem o café da manhã porque a empresa e a terceirizada que serve a alimentação não entram em acordo para custear e fornecer a refeição por causa de um contrato que não prevê a responsabilidade. No meio disso, os trabalhadores da limpeza se sentem discriminados. E, pra não ficar com fome, obrigam-se a trazer sua alimentação de casa.

Os representantes do sindicato estão em cima, cobrando uma solução e lutando para que os direitos e benefícios sejam iguais para todos.

Atitude nobre

No dia 30 de março, o trabalhador Carlos Alberto Lopes perdeu no vestiário da empresa um envelope contendo R\$ 750,00. Outro trabalhador, Leile Roberto da Rosa achou o envelope

e, ao saber do caso, prontamente devolveu todo o dinheiro para o colega.

Numa época em que se fala tanto de corrupção, de patrões, governos e políticos passando a perna na classe trabalhadora, essa atitude nobre e honesta merece ser louvada e elogiada por todos.

Companheiro Leile, parabéns e obrigado por sua honestidade! Sua atitude deve servir como um exemplo para todos.

Hidro Jet - Mais um grave acidente por más condições de trabalho

Os trabalhadores da Hidro Jet enfrentam cotidianamente um degradante, estressante, insalubre e perigoso ambiente de trabalho.

Tomar água fria na cabeça é comum. Se não é a água da chuva do telhado esburacado e podre, que inunda o chão e torna úmido o ambiente de trabalho, é a água gelada dos chuveiros que não funcionam. O inverno se aproxima e a direção da empresa não dá mostras de que vai consertar o telhado e os chuveiros.

O mais grave, porém, é o risco de sofrer graves acidentes. Em menos de um ano, já aconteceram dois

graves acidentes, inclusive semelhantes. O primeiro foi no meio do ano passado e o segundo, no mês passado. Em ambos os casos, a "panela" contendo ferro líquido virou e o produto entrou dentro das botinas dos trabalhadores, causando gravíssimas queimaduras nos pés dos companheiros. Um caso típico de falta de prevenção, segurança e EPIs adequados, e excesso de condições inadequadas.

Benefícios ou malefícios?

A empresa também

vem atrasando o pagamento do plano médico no Centro Clínico e a entrega de passagens pelos cartões "Teu" e "Tri" para seus funcionários. Em ambos os casos, o trabalhador sofre constrangimentos, enfim, passa vergonha. Vai consultar no Centro Clínico e é barrado porque a empresa não pagou a fatura do mês. Precisa pegar um ônibus e, se não tem dinheiro pra pagar do próprio bolso, vai para casa ou para o trabalho a pé ou arrisca-se a passar (e ficar entalado) por baixo da roleta. Para muitos, estes benefícios já estão sendo chamados de "malefícios". Até quando?

TMSA - Chefia persegue trabalhadores

Infelizmente, a TMSA de Porto Alegre vem regredindo no trato contra aqueles que produzem e constroem sua riqueza.

É o que vem acontecendo, por exemplo, num importante setor da produção, local em que a chefia vem mostrando descontrolo no trato com os subordinados.

Em vez de dialogar e negociar para solucionar os problemas, ele prefere xingar e punir. Costuma utilizar advertências e ganchos (suspensões) para meter

medo nos subordinados. Pra piorar, caso a vítima se negue a assinar a advertência/suspensão, ele pede para um colega de setor do próprio punido assinar, gerando desunião, atrito entre companheiros, azedando ainda mais as relações interpessoais dentro do setor.

E, como a gerência está ciente e fica calada diante de tais atos, presume-se que concorda e até apóia os procedimentos do encarregado. Será que sabem que assédio moral agora é crime?

GKN - Via Campesina defende alimentação saudável nas fábricas

Os trabalhadores e trabalhadoras da GKN, de Porto Alegre, foram escolhidos por militantes da Via Campesina para retomar o debate sobre a importância e a defesa da alimentação saudável no trabalho e nas casas de todos.

Na ocasião, dia 11 de março, os agricultores compareceram em frente à fábrica e entregaram simbolicamente 1 kg de arroz

orgânico e livre de qualquer agrotóxico a cada trabalhador e trabalhadora, simbolizando uma das principais pautas do ano.

Para quem não lembra, o sindicato é parceiro desta luta e tenta, desde 2013, convencer a classe patronal a adotar a alimentação saudável no cardápio servido aos funcionários e nas cestas básicas distribuídas como item dos bene-

fícios oferecidas pelas empresas.

O ato também serviu pra iniciar a campanha salarial 2015 na GKN, momento em que dirigentes sindicais abordaram as pautas específicas da empresa, como os problemas com atestados, a liberação da catraca em casos emergenciais, além de sugestões de reivindicações para as negociações de 2015.



Escola Técnica MESQUITA

As matrículas podem ser realizadas na secretaria da Escola Mesquita, Av. do Forte, nº 77, fones: 3340.3110 e 3022.7779, das 10h às 22h.

OBS: Associados do Sindicato dos Metalúrgicos e seus dependentes têm descontos nas mensalidades

CURSO	SÁBADOS - DAS 8:00 ÀS 17 h	2ª A 6ª FEIRAS	DURAÇÃO
LEITURA E INTERPRET. DESENHO METROLOGIA	11/04/15 a 09/05/15 16/05/15 A 13/06/15		40 H 40 H
METROLOGIA		13/04/15 A 29/04/15	40 H
CÁLCULO TÉCNICO		18/05/15 A 03/06/15	40 H
AUTO CAD BÁSICO	09/05 a 03/06/15 - sábado: 8:00 às 13:00 h		25 h
AUTO CAD AVANÇADO	25/04 a 23/05/15 sábado: 8:00 às 13:00 h		25 h
SOLID WORKS - BÁSICO	09/05/15 a 06/06/15		40 h
SOLDAGEM MAG	19:00 ÀS 22:00 h	05/05/15 a 30/06/15	120 h
SOLDAGEM ARAME TUBULAR	19:00 ÀS 22:00 h	05/05/15 a 30/06/15	120 h
SOLDAGEM PROCESSO TIG	19:00 ÀS 22:00 h	05/05/15 a 30/06/15	120 h
SOLDAGEM PROCESSO ELETRODO REVESTIDO	19:00 ÀS 22:00 h	05/05/15 a 30/06/15	120 h
CNC - BÁSICO	SÁBADOS DAS 8:00 ÀS 17:00 h	20/06/15 a 18/07/15	40 h
CNC - AVANÇADO	SÁBADOS DAS 8:00 ÀS 17:00 h	18/04/15 a 30/05/15	40 h
NR 10 - Básico	SÁBADOS DAS 8:00 ÀS 17:00 h	13/04/15 a 30/04/15	40h
MANUTENÇÃO MECÂNICA ÊNFASE EM MÁQUINAS CNC	EM PROGRAMAÇÃO		

MULHER TRABALHADORA

Mulheres metalúrgicas celebram o 8 de março



O grupo de dirigentes sindicais e ativistas mulheres, sob a coordenação da diretora executiva Lenira Campos da Silva, realizou na tarde do dia 28 de março, sábado, um ato alusivo ao Dia Internacional da Mulher, que é celebrado no dia 8 de março.

O evento foi realizado na sede do sindicato e contou com a participação de aproximadamente 30 companheiras de luta, que, entre outros assuntos, debateram a violência, o assédio, a discriminação e a exploração enfrentadas pelas mulheres nos ambien-

tes de trabalho no campo e na cidade, na rua e até mesmo em suas próprias casas. Luciana Piovesan, do MMC – Movimento das Mulheres Camponesas foi a palestrante. Entre os pontos abordados, falou da recente conquista das mulheres brasileiras: a sanção da presidenta Dilma à lei que torna o feminicídio no Código Penal um crime hediondo, tornando mais duras as penas no caso de assassinatos de mulheres decorrentes de violência doméstica ou de discriminação de gênero.

Trabalhadores assentados promovem lançamento da 12ª Colheita do Arroz Agroecológico

A convite da Cooperativa dos Trabalhadores Assentados de Eldorado do Sul, os metalúrgicos da região metropolitana participaram do lançamento da 12ª Colheita do Arroz Agroecológico do RS. Entre eles estavam dirigentes do nosso sindicato, que foram prestigiar a luta dos pequenos produtores rurais, responsáveis por grande parte da alimentação servida às mesas da população.

Atualmente a maior produção de arroz orgânico do país é oriunda dos assentamentos gaúchos e os metalúrgicos têm sido parceiros na defesa da alimentação saudável nas mesas de casa e dos refeitórios das empresas do setor. Desde 2013, os sindicatos metalúrgicos buscam regulamentar nas convenções coletivas de trabalho a obrigatoriedade da

inclusão de alimentos saudáveis nos refeitórios das empresas e de possibilitar a aquisição acessível para os trabalhadores nas fábricas. Infelizmente, os patrões ainda não se convenceram da importância disso para a economia gaúcha e para a saúde de seus trabalhadores.

Desde 2008, o Brasil é considerado o país que mais consome agrotóxicos no mundo. As quantidades jogadas nas lavouras equivalem a cerca de 5,2 litros de veneno por habitante ao ano. Muitos dos herbicidas, fungicidas e pesticidas utilizados no Brasil estão há anos proibidos nos países desenvolvidos.

Além da 12ª abertura da colheita, que teve a presença da presidenta Dilma Rousseff, foi inaugurado um silo de secagem



e armazenagem de arroz e o lançamento do projeto de construção da indústria de processamento de arroz parbolizado, que será a pri-

meira da América Latina.

Atenção: se você quiser mais informações sobre o veneno que está em sua mesa, assista pela in-

ternet o filme/documentário do cineasta Silvio Tendler. Basta acessar www.youtube.com/watch?v=fy-voKljtvG4

Plenária do sindicato prepara campanha salarial

INFORME ECONÔMICO		
TRABALHADOR ASSALARIADO / INSS		
Contribuição (R\$)	Alíquota	
- Até R\$ 1.399,12	8%	
- De R\$ 1.399,13 até R\$ 2.331,88	9%	
- De R\$ 2.331,89 até R\$ 4.663,75	11%	
PISO METALÚRGICO - MAIO/2014		
- Piso admissional:	R\$ 968,00 ou R\$ 4,40 p/h	
- Piso após 90 dias	R\$ 1.034,00 ou R\$ 4,70 p/h	
- Aprendiz Cotista do Senai:	R\$ 3,58 p/h	
Piso do aprendiz do senai não pode ficar abaixo do mínimo nacional		
PISO REPARAÇÃO DE VEÍCULOS - FEV/2015		
- Piso:	R\$ 1.095,01 ou R\$ 4,98 p/h	
- Aprendiz e borracheiro:	R\$ 979,21 ou R\$ 4,45 p/h	
PISO MÁQUINAS AGRÍCOLAS - MAIO/2014		
- Piso:	R\$ 1.036,20 ou R\$ 4,71 p/h	
- Aprendiz do Senai:	R\$ 3,40 p/h	
SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL		
- R\$ 788,00		
PISO REGIONAL - RS		
- De R\$ 1.006,88 a R\$ 1.275,00		
SALÁRIO FAMÍLIA		
Até R\$ 725,02	R\$ 37,18 por filho	
De R\$ 725,03 a R\$ 1.089,72	R\$ 26,20 por filho	
Acima de R\$ 1.089,73	Não tem direito	
IMPOSTO DE RENDA - Tabela para 2015		
Base de Cálculo	Alíquota	Parcela a deduzir:
Até 1.903,98	-	-
R\$ 1.903,99 até 2.826,65	7,5%	R\$ 142,80
R\$ 2.826,66 até 3.751,05	15%	R\$ 354,80
R\$ 3.751,06 até 4.684,68	22,5%	R\$ 636,13
Acima de R\$ 4.684,68	27,5%	R\$ 869,36
Dedução por dependente: R\$ 187,80		
TABELA EXCLUSIVA PARA PLR		
Valor da PLR anual	Alíquota	Parcela a deduzir:
Até R\$ 6.677,57	-	-
R\$ 6.677,58 até 9.922,27	7,5%	R\$ 500,82
R\$ 9.922,28 até 13.166,99	15%	R\$ 1.244,99
R\$ 13.167,00 até 16.380,37	22,5%	R\$ 2.232,51
Acima de R\$ 16.380,37	27,5%	R\$ 3.051,53
AUXÍLIO-CRECHE		
Reembolso de R\$ 205,96 por filho, por um período de 18 meses, a contar do retorno do auxílio-maternidade. O benefício é válido apenas nas empresas com, no mínimo, 15 empregadas, desde que estas empresas não possuam creche própria ou convênio com creches particulares, em condições mais favoráveis.		

A direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre e Região realizou na tarde do dia 26 de março uma plenária para fazer uma análise da conjuntura nacional e um levantamento da situação atual e das perspectivas das empresas da categoria para o ano, visando o fechamento de uma boa Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) a partir da campanha salarial que se inicia na assembleia geral

do dia 22 de abril.

O evento contou com a participação dos advogados Lidia Woida e Lauro Magnago, que apresentaram e debateram possíveis avanços nas cláusulas econômicas e sociais da CCT deste ano.

No final do encontro, os dirigentes e outras lideranças metalúrgicas presentes definiram que o debate deve ser aprofundado na assembleia geral, quan-



do serão apresentadas para os trabalhadores presentes algumas propostas surgidas nas plenárias realizadas pelo sindicato e pela fede-

ração dos Metalúrgicos, e onde serão definidas as mobilizações iniciais da campanha salarial deste ano.

Em 10 meses, perdas salariais estão em 5,98%

Estamos iniciando mais uma campanha salarial. No dia 22 de abril vamos definir a pauta de reivindicações a ser apresentada para negociação com os patrões e o INPC é o indicador das perdas sala-

riais da categoria.

Considerando a evolução do INPC e um quadro econômico mostrando elevação da inflação, tudo indica que, neste ano, as perdas salariais serão maiores que o ano passa-

do, podendo ultrapassar os 8%.

Por enquanto, as perdas salariais acumuladas entre maio/2014 e fevereiro/2015 chegam a 5,98%.

Mês/Ano	INPC	Acumulado
Mai/2014	0,60%	0,60%
Jun/2014	0,26%	0,86%
Jul/2014	0,13%	0,99%
Ago/2014	0,18%	1,17%
Set/2014	0,49%	1,67%
Out/2014	0,38%	2,05%
Nov/2014	0,53%	2,59%
Dez/2014	0,62%	3,23%
Jan/2015	1,48%	4,76%
Fev/2015	1,16%	5,98%
Mar/2015	-	-
Abr/2015	-	-